

**Dos diversos mecanismos de diferenciação e identificação ao longo de
três séculos de história ibero-americana**
(The various mechanisms for differentiation and identification
along three centuries of Latin American history)

Régis Clemente Quintão *

PAIVA, Eduardo França. **Dar nome ao novo**: uma história lexical da Ibero-América entre os séculos XVI e XVIII (as dinâmicas de mestiçagens e o mundo do trabalho). Belo Horizonte: Autêntica, 2015. 301 p.

O que fazer quando falta lógica ao ofício do historiador? Ou melhor: o que fazer quando o diálogo entre conceito e evidência empírica torna-se infrutífero ou não mais consegue dar conta da complexidade de determinado contexto histórico?¹ Uma das respostas possíveis seria a criação de um conceito a partir das fontes que permitisse uma abordagem menos anacrônica na construção do saber. Em certa medida, este é o propósito do conceito de “dinâmicas de mestiçagens”, que sustenta a pujante revisão historiográfica e documental empreendida por Eduardo França Paiva em **Dar nome ao novo: uma história lexical da Ibero-América entre os séculos XVI e XVIII (as dinâmicas de mestiçagens e o mundo do trabalho)**.

A pluralidade do conceito de “dinâmicas de mestiçagens” permite enxergar a diversidade dos processos históricos que envolveram gente de toda sorte de condições: escravos, forros e livres. Também de qualidades: índio, branco, preto, negro, mestiço, crioulo, cabra, mulato, pardo, mameluco, caboclo, zambo etc. No entanto, a aproximação multilateral dessas pessoas não quer dizer tão somente misturas que geraram um produto final, que seria o mestiço. É forçoso compreender que, numa sociedade marcada pela distinção, conviviam mestiços e não mestiços, o que quer dizer que as mesclas biológico-culturais aconteciam da mesma forma que eram evitadas e resistidas por alguns. Nesse sentido, o conceito de “dinâmicas de mestiçagens” nos ajuda a observar como se dão as relações de poder dos agentes históricos, como veem a si e aos outros, como marcam a distinção, em outras palavras, como nomeiam o novo.

* Mestrando em História Social da Cultura pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

¹ A ideia de diálogo entre conceito e evidência faz parte da discussão acerca da lógica da história, empreendida por Thompson. Cf. THOMPSON, Edward Palmer. **A miséria da teoria ou um planetário de erros**: uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981. p. 47-62.

Para além de pessoas, as “dinâmicas de mestiçagens” podem ajudar a captar os pontos de coalizão constituídos em ambientes mestiços. Assim, as mesclas podem ser observadas nas tessituras do cotidiano, nas formas de viver e pensar, nas trocas de conhecimentos e de técnicas, no conflito e na negociação, no mundo do trabalho e na esfera do lazer. A partir do contato e da sociabilidade entre mestiços e não mestiços, a mobilidade social e econômica tornava-se realidade, ainda que a distinção sempre estivesse presente. E, assim, as “dinâmicas de mestiçagens”, mais uma vez, servem para nos auxiliar no entendimento de como se davam as diferenciações baseadas em qualidades e condições.

Deve ficar claro que o conceito é uma baliza contemporânea e historiográfica com o objetivo de compreender os diversos processos de mestiçagens que permearam as sociedades ibero-americanas. O jogo de forças e movimentos entre diversos agentes históricos possibilitaram uma enorme gama de dinâmicas que não devem ser vistas como uma única realidade, mas, ao contrário, de realidades tão dinâmicas que nos dão maior apreensão do passado. Assim, tanto biológica quanto culturalmente, há sobreposições, coexistências, impermeabilidades, bem como purezas biológicas e culturais, que permitem enxergar um passado de mais possibilidades, mais dinâmico.

Da mesma forma que mais dinâmico, os “mundos” analisados por Eduardo França Paiva são mais extensos. O recorte espacial, que inclui a Península Ibérica e as Américas portuguesa e espanhola, é, então, chamado de Ibero-América. A ideia é mostrar que o intercâmbio e trânsito de pessoas e coisas entre as diversas regiões eram comuns nos séculos XVI, XVII e XVIII. Pode-se falar de histórias conectadas num universo que não conheceu limites geográficos, administrativos ou linguísticos tão rígidos como se tende a imaginar. Dessa forma, é completamente compreensível o uso compartilhado de termos, que constantemente eram apropriados e tinham seus significados e significantes alterados de acordo com tempo e espaço. O léxico, ou seja, os vocábulos usados para qualificar e dizer quem é quem relevam um dos tipos de conexões possíveis entre as Américas e Península Ibérica.

Para mostrar como se deu a circulação do léxico entre diferentes espaços, o autor começa primeiro capítulo, intitulado Do léxico consolidado ao início de tudo: uma história de trás para frente, do século XVIII ao XVI para mostrar que o léxico específico sobre inúmeros aspectos relativos à escravidão, às diversas formas de trabalho e às mestiçagens biológicas e culturais já estava consolidado, ou seja, ainda que houvesse variantes quanto ao uso de termos, o emprego era comum nas tantas partes do mundo,

sobretudo nas Américas espanhola e portuguesa. Pensando na ligação entre as várias partes do universo, o autor chama a atenção para a comunicação, o comércio e a circulação de pessoas proporcionadas pelo mercado, que não pode ser entendido simplesmente como trocas ou transações mercantis e monetárias. O mercado deve ser concebido como um fenômeno que desconhece fronteiras fixas, onde é mister o trânsito, a mobilidade física, cultural, técnica e política. É por esse meio que mestiços e não mestiços circulam, mas também apropriam e ressignificam práticas e discursos.

Nesse sentido, o conceito de “dinâmicas de mestiçagens” ganham ainda mais relevância. As possibilidades a partir das redes de contatos e informações possibilitadas pelo sentido alargado de mercado dão tom aos processos que moldaram o cotidiano das relações sociais na Ibero-América. Toda essa comunicação e ligação forjavam sociedades em grande medida mestiçadas. Não se trata, como mencionado, de misturas que tem como resultado um novo “produto”, embora esta também fosse realidade, mas o próprio contato entre os diferentes possibilitou diversos tipos de relações não necessariamente pautadas nas mesclas. É bom lembrar, havia os elementos ou pessoas que não quiseram ou não pretenderam fundir-se e transformar-se. O conflito e a distinção se faziam tão presentes quanto à negociação e a fusão.

Nas Formas de trabalho compulsório e dinâmicas de mestiçagens – naturalização da associação no Novo Mundo, segundo capítulo, Paiva discute como o mundo do trabalho possibilitou contatos forçados ou voluntários que forjaram situações constitutivas das sociedades nos territórios americanos. Nesse contexto, os *mestizos*/mestiços, filhos de europeus e índios, que podem ser considerados os primeiros “americanos” e tiveram papel preponderante, já que, no século XVI, foram os principais braços trabalhadores. Seja nas áreas rurais ou urbanas, são os filhos de índios, mestiços e negros que formavam grande parcela dos trabalhadores domésticos e dos que operavam minas. Mas um alerta deve ser feito: esses trabalhadores geralmente são os mais pobres que estavam sujeitos às *encomiendas*, *repartimientos*, reduções, aldeamentos ou *mitas*. É nesse contexto que acontecia a concubinação e o amancebamento e, por conseguinte, as possíveis mesclas biológicas e culturais.

Entretanto, para além da camada de trabalhadores geradas no bojo das relações entre os diferentes, havia também o acréscimo dos que, apesar de não brancos, nasciam com privilégios: eram os filhos das elites. Entre os diversos exemplos citados por Paiva estão Garcilaso de la Vega, filho de conquistador espanhol com princesa inca. Ao mestiço cristão era possível transitar entre os universos culturais tanto inca quanto

espanhol sem qualquer dificuldade. A partir daí, pode-se inferir que o léxico, trazido para a América e nela apropriado, voltava à Europa, principalmente para a Península Ibérica. Por outro lado, os vocábulos usados para distinguir e qualificar, referidos no início do texto, também se faziam presentes nas camadas mais baixas, ou seja, na multidão de homens e mulheres livres, libertos ou escravos. Aliás, sobretudo nas áreas urbanas, mestiços, alforriados e não brancos nascidos livres compunham a camada que não tardou em ascender social e economicamente, colocando em xeque a rígida hierarquia do Antigo Regime.

No terceiro capítulo, Os “colonizadores” negros do Novo Mundo e a “africanização” do trabalho, o autor resgata as formulações de Raimundo Nina Rodrigues² a respeito da consideração dos escravos como agentes responsáveis pela construção do Brasil, com o intuito de mostrar a sua contribuição para a história da escravidão brasileira. Os africanos, ao chegarem à América, sejam forçados ou voluntariamente, completaram o imenso laboratório de mestiçagens biológicas e culturais. Além disso, Paiva evidencia a presença de africanos na Península Ibérica antes de 1492, que eram empregados em toda sorte de ocupações. Dessa forma, mostra que negros espanhóis ou portugueses, índios, mestiços frequentemente ocupavam os mesmos espaços, o que possibilitava trocas de conhecimentos e técnicas.

Da mesma forma em que compartilhavam os mesmos espaços, constantemente havia conflitos. São africanos que consideravam os índios como inferiores e deles se serviam da mão-de-obra. De modo contrário, indígenas possuíam escravos negros. Seja como for, é nesse contexto que se dá a “africanização” da força de trabalho. Eduardo França Paiva explica que, ao longo do tempo estudado, mulatos, pardos e tantos outros eram incorporados às elites e foram embranquecendo, ainda que a cor da pele marcasse a constituição mesclada e a existência de algum antepassado escravo. É nesse sentido, mais uma vez, que é importante salientar que as mestiçagens não exprimiam indistinção social e cultural, pois seria contraditório em função de as práticas de distinção serem comuns em solo ibero-americano. Em todo caso, após a “africanização” do trabalho, outros fenômenos foram possíveis e dinamizaram as sociedades, entre eles podem-se

² Ainda que a tese de Nina Rodrigues diga respeito à degenerescência tropical e à barbárie mestiça, ele foi um dos primeiros a realizar uma abordagem mais social do que biológica, racalista ou eugenista sobre a contribuição dos africanos para o Brasil. Ver: RODRIGUES, Nina. **Os africanos no Brasil**. 6. ed. São Paulo; Brasília: Nacional/Universidade de Brasília, 1982; e ainda, PAIVA, Eduardo França. Três pensadores e uma nação mestiça na Coleção Brasileira. In: DUTRA, Eliana de Feitas (Org.). **O Brasil em dois tempos: história, pensamento social e tempo presente**. Belo Horizonte: Autêntica, 2013. p. 341-356.

citar as diferentes formas de alforrias, que foram responsáveis por possibilitar acúmulos e ascensão social de parte dos ex-escravos e de seus descendentes.

No quarto capítulo, Paiva discute As “grandes” categorias de distinção e os grupos sociais no mundo ibero-americano. Apesar de as diferenciações já existirem entre os nativos do continente, o autor afirma que a parte mais substancial dessa concepção de mundo, que distinguiu, classificava e hierarquizava, veio acompanhada dos conquistadores. Assim, o termo “qualidade” era uma categoria que servia para identificar e qualificar os indivíduos. Mas as coisas não eram tão claras. Paiva lembra que era comum que a qualidade viesse subtendida, como no lugar de negro ou preto vinha o local de origem ou de embarque: Falupo, Yolofo ou *nación* angola. Em todo caso, permanecia a fórmula básica: nome + qualidade + condição.

O historiador também discute outros termos e suas apropriações nas diferentes regiões da Ibero-América ao longo dos séculos. Assim, “casta”, que, em resumo, quer dizer boa linhagem não foi muito usada, mas ainda sim servia para designar coisas e pessoas. O vocábulo “raça”, “raio de sol”, segundo os dicionários da época, tinha certo sentido pejorativo e desqualificador, mas nada tem a ver com as ideias eugênicas e racialistas do século XIX. O termo “nação” foi muito utilizado para os escravos e menos para os índios. Já a palavra “cor”, que já era comum na Península Ibérica antes de 1492, podia ser empregada como um dos elementos de identificação e talvez de avaliação de preços. A cor, é preciso lembrar, é diferente de qualidade.

O léxico das “qualidades”: aportes históricos sobre usos de termos selecionados é o capítulo que finaliza a obra. Diante de um léxico tão diverso nessas regiões, Paiva chama atenção para o fato de não haver definições de aceitação geral e de uso completamente padronizado. Talvez seja uma obviedade dizer que a cada nova geração o vocabulário ibero-americano se tornava mais amplo, mais disseminado e mais praticado. Um exemplo disso é o uso do léxico pelas autoridades, que souberam aproveitá-lo como uma ferramenta de domínio, controle e identificação, a despeito de o léxico não fazer parte de um projeto previamente formulado com o objetivo de dominar os súditos americanos.

Nesse sentido, Paiva dá historicidade aos termos arrolados e discutidos em seu livro. Ele mostra que o vocábulo “índio”, uma das palavras que abriram o novo léxico americano, já era usado antes de 1492, mas teve nas Américas uso precoce e extensivo. Por sua vez, a qualidade “mestiça”, comumente empregada para designar os filhos de uniões mistas, remonta ao século XII nas línguas derivadas do latim, mas só se torna

corriqueiro a partir da segunda metade do século XVI. O autor também discute, entre tantos outros, termos como “mameluco” e “curiboca” e “caboclo” que têm acepções bem parecidas com o termo “mestiço”. “Cabra” era usado para nomear filhos de índias e africanos. Já as qualidades “negro”, “preto” e “crioulo eram usualmente utilizadas como sinônimo de escravo.

Da mesma forma que a história lexical empreendida por Eduardo França Paiva mostra a diversidade de vocábulos usados ao longo de três séculos, ela evidencia o caráter coletivo da história das mestiçagens ibero-americanas, sem, no entanto, excluir os conflitos inerentes. Assim, o léxico foi resultado de incorporações de antigas e novas categorias de classificação e de distinção, que foram compartilhadas e ressignificadas de acordo com interesses diversos entre todos os grupos sociais de qualquer qualidade ou condição.

Os trezentos anos percorridos entre as diversas regiões da Ibero-América puderam ser, em grande medida, desvelados pela construção do conceito de “dinâmicas de mestiçagens”, que possibilitaram uma leitura diferente da história da escravidão e das mestiçagens. Um conceito que, embora tenha sido pensando no século XXI, serve muito mais aos contextos estudados do que o viciado arcabouço teórico-conceitual caro ao século XIX de cunho racialista e eugenista. As Américas nos séculos XVI, XVII e XVIII perdem a sua dinâmica e complexidade se estudadas dessa forma, que nada mais é do que anacrônica. Fica, então, o apelo para que as sociedades sejam analisadas não somente a partir de tempos e espaços, mas, também, em seus próprios termos.

Recebido em julho de 2015.
Aprovado em setembro de 2015.